



UFRPE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GENILANDE MORAES GALINDO

A ESCOLA COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL

RECIFE

2016

GENILANDE MORAES GALINDO

A ESCOLA COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL

Monografia apresentada ao Curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para a obtenção de título de licenciada em Pedagogia, orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Tenório S. da Costa.

RECIFE

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Nome da Biblioteca, Cidade-PE, Brasil

G158e Galindo, Genilânde Moraes
A escola como meio de inclusão / Genilânde Moraes Galindo. –
2017.
47 f.

Orientadora: Maria Aparecida Tenório S. da Costa.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de
Educação, Recife, BR-PE, 2017.
Inclui referências e anexo(s).

1. Inclusão escolar 2. Gestão escolar 3. Discurso I. Costa,
Maria Aparecida Tenório S. da, orient. II. Título

CDD 370

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

A ESCOLA COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL

Esta monografia foi julgada adequada como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciada em Pedagogia, aprovada pela banca examinadora na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Prof.^a Coordenadora do curso de Licenciatura em Pedagogia

Data da Defesa: 8 de fevereiro de 2017

Horário: 9 horas

Local: Sala de Seminários - UFRPE

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Aparecida Tenório S. da Costa - Orientadora

Prof.^a Dra. Ana Catarina dos Santos Pereira Cabral - Examinadora Interna

Prof.^a Dra. Maria Rita Machado - Examinadora Externa

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão!

MANTOAN, M. ^a Teresa E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

Dedico este trabalho a todos os professores que exercem com carinho e responsabilidade sua profissão, renovando suas práticas para promover um ensino de qualidade a todos que são de direito.

Agradeço a Deus que permitiu diante de várias dificuldades a realização deste sonho, a minha família que acolheu e participou desse sonho, aos professores e colegas de turmas por sua colaboração na construção dos novos conhecimentos e a minha orientadora que viu em mim potencial para realizar esse e planejar novos sonhos.

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

AD - Análise de Discurso

AEE - Atendimento Educacional Especial

AE - Atendimento Especial

ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização

BCMP – Base Curricular do Município de Paulista

CF- Constituição Federal

CEB- Câmara de Educação Básica

CNE- Conselho Nacional de Educação

CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

DOU – Diário Oficial da União

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

ONU- Organização das Nações Unidas

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

NEE – Necessidades Educativas Especiais

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP – Projeto Político-Pedagógico

SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SDH/PR - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

TDH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

UFRPE- Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

RESUMO

Esta monografia é resultado do processo investigativo realizado numa escola municipal de Paulista, que teve como objetivo: analisar a estrutura organizacional e profissional escolar no processo de inclusão de estudantes com deficiências, visando compreender as demandas educacionais no processo de inclusão e a importância desse processo na instituição escolar. O estudo buscou, por meio da pesquisa qualitativa, conhecer a realidade das ações de inclusão na instituição pesquisada, fazendo uso da observação, da entrevista e da análise de documentos. Como metodologia de análise das informações colhidas durante a pesquisa, foi utilizada a Análise de Discurso, por permitir o aprofundamento das questões referentes à inclusão dos estudantes, a partir dos discursos que estão expressos e ocultos nas falas e revelados na prática dos sujeitos da pesquisa, que estão presentes na instituição e participam diretamente do processo de inclusão dos educandos. Os resultados apresentam um quadro de insatisfação dos sujeitos diante da impossibilidade de promover uma inclusão de qualidade, visto que os seus esforços não têm sido suficientes para enfrentarem as dificuldades e participarem do processo, promovendo uma inclusão com qualidade e digna dos discentes.

Palavras-chaves: Inclusão Escolar. Gestão escolar. Discurso.

ABSTRACT

This term paper is the result of the investigation process performed in a public school of Paulista city, with aim to analyze the organizational and professional structure of school in the process of inclusion of students with disabilities, to understand the educational demands in the inclusion process and the importance of this process in school institution. The study was realized, through qualitative research, to know the reality of inclusion actions in a specific school, using observation, interview and document analysis. As a method of analysis of the information collected in the research, Discourse Analysis was chosen by allow the deepening of issues relating to the inclusion of students, from the discourse that are expressed and hidden in the statements and revealed in the practice of the research subjects. These subjects are present in the institution and participate directly in the inclusion process of students. The results show the discontentment of subjects, given the impossibility of promoting inclusion of quality, since their efforts have not been sufficient to face difficulties on inclusion process in a manner worthy for students.

Keywords: School inclusion. School Management. Discourse.

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

RESUMO/ABSTRACT

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo I - O ambiente escolar e os educandos com deficiências.....	14
Capítulo II - Os Marcos Legais e o Processo de Inclusão Escolar.....	19
Capítulo III – Trilha Metodológica	23
1- Universo pesquisado	23
2- Meios e instrumentos da pesquisa	25
3- Os sujeitos da pesquisa	26
4- Metodologia de análise	26
Capítulo IV - Os discursos que revelam a inclusão escolar.....	28
Considerações Finais.....	34
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICES.....	39
ANEXO -Portaria SEDH nº 2.344, de 03/11/2010. DOU-05.11.2010.....	44

INTRODUÇÃO

O tema da inclusão tem ocupado os diversos espaços da nossa sociedade e se caracterizado como amplo e complexo, ampliando significativamente o número de pesquisas destinadas a este tema.

A questão da inclusão vem sendo discutida nos vários cantos do mundo, por diversas instituições e em variados eventos. De 1948 com a Declaração dos Direitos Humanos, pela Organização das Nações Unidas (ONU), aos dias atuais, o tema da inclusão vem se traduzindo numa preocupação mundial. Em 2004, na última reunião da cúpula dos chefes de Estado dos países Íbero-americanos, realizada na Bolívia, da qual o Brasil é membro, foi proclamado que é compromisso de todos elevar a qualidade de vida de pessoas com deficiência e suas famílias, por meio de serviços de qualidade em saúde, educação, moradia e trabalho.

No Brasil, a busca pelos direitos dos cidadãos e cidadãs é histórica, o povo está sempre buscando por meio das leis e das lutas, terem seus direitos assegurados, visando uma melhor qualidade de vida. No que se refere à educação inclusiva, faz-se necessário “considerar a deficiência de uma criança ou de um jovem como mais uma das muitas características diferentes que o aluno pode ter” (GIL 2005, p. 21). A Constituição Federal brasileira de 1988, determina atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Sendo assim, o processo de inclusão no Brasil acontece nos âmbitos municipal, estadual e federal e, as diversas instituições procuram se adequar às leis e às especificidades que requer o processo de inclusão escolar.

Considerando a função social da escola, a questão da inclusão encontra destaque nesta instituição social. Tornar a escola em espaço de inclusão, implica no enfrentamento dos desafios existentes nesse processo, pois incluir não é possibilitar apenas o acesso, mas criar igualdade de condições para os estudantes viverem em sociedade participando ativamente, tendo plenamente seus direitos constitucionais respeitados.

Contudo, é sabido das muitas dificuldades para se implementar o processo de inclusão na instituição escolar, a partir das condições que a instituição precisa ter para atender às diversas especificidades das crianças, jovens e adultos com deficiências. Essas dificuldades são encontradas na estrutura das escolas, na formação dos profissionais da instituição, no acompanhamento da família dos educandos e, em outros âmbitos. Não é raro encontrar estudantes cadeirantes que se deparam com a escola que não permite sua entrada por não dispor de rampa; estudantes com deficiência visual que não encontram um professor com conhecimento

em braille¹; estudantes com deficiência auditiva que não têm o apoio de um profissional que conheça a linguagem de sinais - Libras²; educandos com variadas deficiências como: autismo; Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDH; superdotação; entre outras.

A realidade tem mostrado que à escola é exigida a inclusão de estudantes com deficiências variadas, em qualquer modalidade de ensino, em detrimento das reais condições que essa instituição possui. No entanto, não basta a legislação. Ao lado dos marcos legais há de se considerar as verdadeiras possibilidades da instituição escolar, transformando-as na perspectiva de efetivar as condições de atendimento qualitativo às necessidades dos estudantes.

A partir da experiência da pesquisadora como docente, as condições de atendimento das escolas às crianças e jovens com deficiências, tornou-se uma questão em permanente busca por respostas, que explicassem tantas dificuldades no enfrentamento dos desafios ao processo de inclusão. Desse modo, surgiu a seguinte questão de pesquisa: quais os impedimentos que se colocam às escolas na sua qualificação para acolher alunos com deficiências e, assim, colaborar com o seu processo de inclusão?

Atualmente a prática de inclusão vem sendo difundida por vários meios e a academia, que não foge ao seu papel de formadora da docência, participa ativamente desse processo investindo na formação de profissionais para agirem com competência nessa prática. Nesse sentido, o professor não pode ficar alheio ao que circula na esfera educacional, mesmo diante da falta de valorização da docência, da precária estrutura física das escolas, entre outras dificuldades, o professor deve conhecer e cumprir seu papel de agente da inclusão.

Na academia, além dos conhecimentos teóricos, é possibilitado o contato com a prática pedagógica por meio dos componentes curriculares que aproximam os licenciandos da realidade escolar. Desse modo, foi possível perceber o espaço escolar com um olhar diferenciado, considerando tudo o que faz parte desse universo e buscar através das pesquisas, identificar, compreender e promover discussões que possibilitem melhorar esse espaço tão importante para o desenvolvimento dos cidadãos e cidadãs da nossa sociedade, que têm algum tipo de deficiência.

O processo investigativo foi desenvolvido com a intenção de entender o universo escolar, especificamente a sua prática inclusiva e, através dos meios e instrumentos selecionados para a investigação, compreender os processos de inclusão em uma instituição escolar pública

¹ **Braille** ou **braille** é um sistema de leitura com o tato para cegos inventado pelo francês Louis Braille no ano de 1827 em Paris. O Braille é um alfabeto convencional cujos caracteres se indicam por pontos em alto relevo. O deficiente visual distingue por meio do tato. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Braille>. Acesso em 04/05/2016.

² A **Língua Brasileira de Sinais (Libras)** é a língua de sinais (língua gestual) usada pela maioria dos surdos brasileiros e reconhecida pela Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. http://www.labeurb.unicamp.br/elb/libras/lingua_bras_sinais.html. Acesso em 26/06/2016.

municipal, assim como contribuir para o debate acerca das possibilidades de desenvolvimento de práticas pedagógicas facilitadoras desse processo.

Desse modo, a pesquisa se desenvolveu a partir dos seguintes objetivos:

Geral:

Analisar a estrutura organizacional e profissional escolar no processo de inclusão de educandos com deficiências, em uma escola pública do município de Paulista – PE.

Específicos:

- 1- Compreender como os educandos com deficiências se comportam num ambiente escolar destinado a incluí-los;
- 2- Identificar os marcos legais que asseguram o direito à educação escolar às pessoas com deficiência;
- 3- Descrever a prática pedagógica escolar, a partir das ações que visam incluir as crianças e jovens com deficiência.
- 4- Compreender como os sujeitos que integram a instituição escolar entendem o processo de inclusão, a partir dos discursos desses sujeitos sociais.

Importa esclarecer que, neste trabalho, é adotado o termo “Pessoa com Deficiência”, com base na Portaria n.º 2.344, de 3 de novembro de 2010 (Diário Oficial da União -DOU 05/11/2010), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR (ANEXO I). Desse modo, as instituições, assim como a literatura específica, têm processado alterações na forma de denominar os sujeitos sociais com deficiência, como é, por exemplo, o caso do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)³.

³ O CONADE é um órgão superior de deliberação colegiada, criado para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigidos a esse grupo social.

CAPITULO I - O AMBIENTE ESCOLAR E OS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIAS

De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil existem 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, ou seja, 23,92% da população brasileira. Essa informação traduz a necessidade da definição de políticas públicas para a pessoa com deficiência em todos os âmbitos da sociedade brasileira e, nesse sentido, a instituição escolar, no cumprimento da sua função político-social, precisa qualificar-se para atender a esse segmento da sociedade.

É nessa dinâmica que o tema da inclusão escolar foi estudado na escola municipal de Paulista, onde para atender o processo de inclusão foram criadas a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é uma atividade da educação especial que em suas salas “identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. (SEESP/MEC, 2008). A sala de AE atende individualmente os alunos com deficiências e alunos com dificuldades na aprendizagem. Além dos ambientes físicos, a escola contratou pessoal de apoio para atuar nas salas regulares com os estudantes com deficiências entre outras ações, visando facilitar ao aluno com deficiência frequência ao ambiente escolar e o desenvolvimento de suas habilidades. Segundo Mantoan (2003, p. 16), “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

Pensar num ambiente escolar incluyente nos dias atuais, não é uma tarefa fácil, visto que de forma geral, a estrutura das escolas não foi planejada para uma parcela de estudantes com variadas deficiências. Tratar de inclusão escolar requer discutir o sentido que se está atribuindo à educação, pois além de compreender as concepções existentes, faz-se necessário optar por aquela que possibilita ressignificar o processo de desenvolvimento do sujeito na perspectiva da sua emancipação.

É preciso compreender que no universo dos estudantes com deficiência, determinados obstáculos, considerados pequenos para algumas pessoas, como um desnível na calçada, um lixeiro perto da porta, uma escada, uma grade estreita, são gigantescos para aqueles que não têm a possibilidade de ultrapassar esses obstáculos. Como afirma Gil (2005, p. 35): “muitas vezes nem percebemos, mas estes obstáculos podem representar uma verdadeira “olimpíada” para as pessoas com deficiência”.

Exigir um ambiente escolar incluyente é buscar a efetivação de um direito garantido na Constituição brasileira de 1988 para todos os brasileiros, todos, com ou sem deficiência.

Art.205: A educação é direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, explica que a educação especial é a "modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" (BRASIL,1996). Para que a LDBEN, se materialize na prática escolar, depende entre outros aspectos, da articulação entre o poder público, os profissionais, as famílias e a sociedade em geral. Para a LDBEN (1996):

Art. 58.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Desse modo, o direito dos estudantes não pode continuar esbarrando na falta de um ambiente escolar que proporcione não só o direito de ir e vir, mas também o direito de participar do processo de desenvolvimento de conhecimentos com as mesmas oportunidades dadas aos demais estudantes.

Entretanto, a maior parte das escolas não apresenta um ambiente escolar que atenda os estudantes com deficiência, a comunidade escolar se empenha em atender a legislação que diz o que é de direito do cidadão, mas na prática surgem as limitações impostas à instituição escolar, não permitindo a garantia desse direito com dignidade. No entanto, para cumprimento da legislação, o processo de inclusão vem se desenhando no contexto real das escolas, ainda que essas instituições estejam destituídas de condições como: acessibilidade, formação de profissionais, material didático, apoio psicológico e estrutura física adequada à proposta de inclusão.

A inclusão escolar de estudantes com deficiência é um processo complexo e necessita do compromisso do poder público, assim como da atenção especial da sociedade, uma vez que todos os sujeitos sociais podem participar, mesmo que em proporções diferenciadas, desse processo

que envolve projetos estruturais da escola (estrutura física e administrativa), formação de profissionais e orientação de práticas pedagógicas que promovam efetivamente a inclusão.

A decisão de uma pessoa com deficiência de frequentar uma escola é, no mínimo, uma prova de coragem, pois a realidade da escola estudada tem mostrado que a instituição escolar ainda está longe de atender às necessidades do deficiente. Geralmente, a primeira barreira encontrada é conseguir entrar pela porta da frente, visto que a instituição não foi preparada para esses estudantes, ou seja, mantendo uma visão ultrapassada a escola foi criada para atender aos alunos tidos como “normais”, então a entrada pode ter degraus, porta estreita, etc., e conseguindo entrar o estudante com deficiência se deparará com corredores apertados, banheiros inadequados, ausência de rampas, dentre outros. Mas, as dificuldades não são apenas físicas. De modo geral, nossas escolas possuem ambientes que exclui em vários sentidos, como não possuir equipamentos, material didático adequado às necessidades do estudante, processos de ensino com metodologias específicas, professores qualificados e outros profissionais que apoiem os estudantes e o corpo docente.

Para Gil (2005, p.21), “na escola inclusiva não existem classes especiais, ou melhor, todos os alunos são muito especiais para seu professor”. Contudo, muitas questões se impõem à escola como: um ambiente diferenciado, preparado para estudantes com deficiência seria incluí-lo ou excluí-lo? Numa sala com mais de vinte e cinco estudantes, onde dois ou três têm algum tipo de deficiência, seria possível para o professor trabalhar o mesmo conteúdo com as mesmas metodologias e ter os seus objetivos atingidos com toda a turma?

O princípio fundamental das escolas inclusivas “é de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (UNESCO - Declaração Mundial Sobre Educação para Todos, 1990, item 7). Esse princípio, que declara o aprender junto, permite que questionemos sobre um ambiente específico para educandos com deficiência, que separa esse grupo da interação com os demais. Dessa perspectiva, incluir não é só colocar o indivíduo na vida educacional, não é só construir rampas ou adaptar banheiros - isto é acesso - é necessário incluí-lo na vida social da escola e da comunidade.

Por não estarem preparadas para incluir educandos com deficiência, algumas escolas acabam por se equivocarem em sua prática pedagógica, acreditando que um ambiente específico pode facilitar o processo de inclusão, quando na maioria das vezes apenas exclui o educando, deixando-o separado dos demais por não ter condições de integrá-lo numa sala dita "normal". Porém esse equívoco não é só da instituição escolar, mas dos sistemas escolares, que segundo Mantoan (2003, p. 13):

Os sistemas escolares estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças.

Sendo assim, a escola pode e deve fazer a diferença para este educando, pois nela podem ser desenvolvidas as habilidades necessárias para a prática do exercício de cidadania. A escola é o local apropriado para promover a autonomia e o reconhecimento do educando como ser produtivo, com potencialidades a serem desenvolvidas.

Para Mantoan (2006), na escola que inclui, não apenas os educandos, mas todos aprendem a respeitar as diferenças. Esse é um passo importante para se construir uma sociedade mais justa. A escola é um dos meios para a efetivação do direito à cidadania, para uma vida digna dentro das limitações do educando. Em conjunto com a família e a comunidade a escola necessita promover ações que colaborem com o processo de inclusão.

Compreender como a comunidade escolar está participando do processo de inclusão, implica responder: Que inclusão temos? E que inclusão queremos ter? Não apenas o professor, mas todos os que integram a instituição escolar devem se comprometer com esse processo. Todos são importantes na efetivação dos direitos dos educandos com deficiência e, por isso, devem participar discutindo, propondo, implementando e avaliando projetos, oriundos das políticas públicas, que possam garantir qualidade de vida presente e futura aos educandos com deficiência.

A perspectiva de uma educação escolar inclusiva, não implica em colocar toda a responsabilidade da inclusão nos ombros dos profissionais da escola, mas a comunidade escolar deve empreender esforços para que o estudante com deficiência não seja visto como mais um em sala de aula, mas um estudante que necessita de práticas pedagógicas para desenvolver um aprendizado satisfatório. Sobre o enfrentamento de dificuldades pelas escolas, Mantoan (2003, pp. 41-42) esclarece:

Mudar a escola é enfrentar muitas frentes de trabalho, cujas tarefas fundamentais a meu ver são as que seguem: recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos; reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico entre os professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas par o exercício da verdadeira cidadania; garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue e que reprove a repetência.; formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo par ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções.

Diante das questões que envolvem a inclusão, a escola de hoje, precisa romper paradigmas e atuar nesse processo, pois o olhar para as pessoas com deficiência necessita ser mudado.

Para incluir o professor necessita rever suas práticas que são fundamentais no processo de inclusão, assim, a formação é algo que permitirá ao professor um leque maior de estratégias. Com a troca de experiências, o professor pode colaborar para uma prática pedagógica que inclua os alunos preparando-os para vida em sociedade. Uma prática inclusiva não implica em um ensino adaptado para alguns educandos, mas sim um ensino diferente para todos, em que os educandos tenham condições de aprender, segundo suas próprias capacidades, sem discriminações e adaptações, o professor neste contexto é instigado a rever suas práticas buscar metodologias que possibilitem uma educação de inclusão.

Ferguson e Ferguson (1998, pp. 302-308), apontam os seguintes conflitos acerca da inclusão escolar de educandos com deficiências:

- a) A inclusão é para todos, ou só para alguns?
- b) A inclusão significa colocação integral na classe comum ou pode-se combinar a colocação na classe comum com situações especializadas de aprendizagem?
- c) A inclusão prioriza a aprendizagem social e as amizades ou o desempenho acadêmico bem-sucedido?
- d) A inclusão será prejudicial ou positiva para os alunos sem limitações?
- e) As evidências empíricas sustentam ou não a inclusão? e que, enquanto a inclusão poderia ser parte de um debate maior sobre a função da escola, ela ainda se detém muito em onde e como os indivíduos podem aprender melhor.

Partindo do exposto, parece que o foco central dessa questão é: qual a melhor forma de educar crianças e jovens com necessidades educacionais especiais? Mas, esta questão não tem resposta ou receita pronta, é preciso empenho para construir a resposta.

Encontramos na atualidade práticas e pressupostos bastante distintos, porém uma tomada de posição consciente dentro desse conjunto de possibilidades deve começar pelo entendimento que se tem acerca do princípio da inclusão escolar, lembrando que o termo assume, atualmente, o significado desejado por quem o utiliza.

A inclusão está presente na escola para que essa instituição contribua para que o indivíduo exerça a sua cidadania em todos os espaços da sociedade. O ambiente escolar é muito importante no processo de inclusão, sabemos das dificuldades da instituição escolar para adequar seus ambientes para proporcionar a inclusão desse estudante dentro de suas especificidades, mas o direito de ser atendido não pode lhe ser negado.

CAPITULO II - OS MARCOS LEGAIS E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

De acordo com Blanco (2004), a escola, tradicionalmente, focalizou sua atenção em satisfazer necessidades comuns, delineando objetivos sem considerar as características específicas de cada estudante. No contexto da inclusão se percebe que as escolas estão tomando posse desse processo, para o qual não estavam preparadas, necessitando se reorganizar para atender a demanda da inclusão na sua totalidade disseminando suas teorias e práticas.

Problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular (MANTOAN, 2003, p. 22).

A legislação que trata da questão do direito da pessoa deficiente, precisa ser conhecida por todas as pessoas e instituições e, a escola tem o dever de preparar-se em todo seu âmbito para garantir aos estudantes com deficiência, as oportunidades para o seu desenvolvimento. Fazem parte do conjunto dessa legislação: A Constituição brasileira; a Declaração Universal de Direitos Humanos; Declaração de Salamanca; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996; o estatuto da criança e do adolescente; entre outros. As leis que buscam direcionar a inclusão não apenas na escola, mais na vida.

As leis são criadas e, a partir daí, inicia-se um contínuo processo de adequação à realidade. Ao se falar de inclusão estar-se em contato com uma realidade presente em vários espaços e, por isso, essas leis precisam ser conhecidas e respeitadas por todos.

Não considerar as especificidades do processo de inclusão, é exclusão dentro do processo de inclusão, a proposta de inclusão que emergiu no final da década de 1980, quando o modelo econômico vigente passou a atingir níveis insuportáveis de exclusão social e o poder público com dificuldades no cumprimento de sua função nesse processo, não impedindo que cada um assuma sua parte e se torne sujeito dessa história.

Todas as instituições necessitam de normas para orientá-las, e com relação à inclusão não pode ser diferente, e muito tem sido feito para que o respeito às diferenças seja efetivado na prática escolar. Em 1948, a Declaração Universal de Direitos Humanos, estabeleceu no seu Artigo 1.º que: “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos; são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (UNESCO, 1948). Assim, todas as pessoas devem ter respeitados os seus direitos: direito à vida, à integridade física, à liberdade, à igualdade, à dignidade e à educação.

Não podemos deixar de considerar a amplitude da palavra inclusão, sendo assim foram criadas normas para atender às diversidades desse público, que segundo Gil (2005, p. 20),

Chegou-se à conclusão de que a melhor resposta para o aluno com deficiência, e para todos os demais alunos, é uma educação que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças.

A necessidade desse ambiente inclusivo e acolhedor estão sendo atendida gradualmente, e a legislação é muito importante nesse processo. No Brasil o processo de educação inclusiva começa com a constituição Federal – CF (1988), que explica ser um dos seus objetivos fundamentais: “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Artr.3º, inciso IV). No Artigo 205 a CF (1988) define a educação “como direito de todos garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. No Artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Art.208).

Ao identificar a necessidade do atendimento de todos, inclusive das pessoas com deficiências, a CF (1988), gerou um conjunto de leis com a finalidade de regulamentar o processo de inclusão. Nessa dinâmica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, no Artigo 59 preconiza que “os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos: currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegurar a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências”.

A LDBEN (1996) direciona as instituições ao processo de inclusão com normativas que buscam colaborar com a entrada das pessoas com deficiência na escola, vivenciando e conhecendo o processo de inclusão, respeitando e dando condições para vivência da cidadania. Nesse sentido, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº2/2001, no Artigo 2º, determinam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (MEC/SEESP, 2001). Embora a Resolução nº2 seja do ano de 2001, a atual realidade da maioria das escolas brasileiras apresenta diversas dificuldades, desde a adequação dos espaços à qualificação dos seus profissionais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), no Capítulo IV, que trata do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, informa:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1990).

Para Gil (2005, p.22), a concretização da legislação é um desafio, pois,

As crianças e os adolescentes com qualquer tipo de deficiência, entre 7 e 14 anos, têm o dobro de chance de estar fora da escola, em comparação com as crianças e os adolescentes sem deficiência, no Brasil. 32,9% da população sem instrução ou com até três anos de estudo possuem alguma deficiência. Os adolescentes com deficiência, entre 12 e 17 anos, que apresentam paralisia, falta ou amputação de algum membro, ou aqueles que apresentam deficiência mental têm quatro vezes mais possibilidade de estar fora da escola do que os adolescentes sem nenhuma deficiência. Onze milhões de pessoas com deficiência, com 16 anos ou mais, não têm nenhuma ou têm baixíssima escolaridade.

As leis elaboradas para a vivência da inclusão terão que contemplar essa realidade citada por Gil, um desafio que não pode desanimar as instituições e os envolvidos nesse processo e sim compreender e efetivar as leis visando à qualidade do processo de inclusão a todos que necessitam ter seus direitos respeitados.

No Brasil, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), foi criado para que essa população participe do processo de definição, planejamento e avaliação das políticas destinadas à pessoa com deficiência. O Conade situa-se no âmbito do Ministério da Justiça (MJ), desde 1º de junho de 1999, através do Decreto 3.076/1999. Em dezembro do mesmo ano o Decreto 3.298/1999, que instituiu a Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência, revogou o Decreto 3.076/1999, mas manteve o Conade ligado ao MJ. Em 2003, a Lei 10.683, de 28/05/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, trouxe em seu Artigo 24 a menção do Conade como parte da estrutura do governo, vinculada à então Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Em março de 2010 foi editada a Medida Provisória nº 483 alterando a Lei 10.683, que atualizou o nome do Conade, devido à ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU. Dessa forma, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência passou a ser Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Fuller e Clarck (1994) apontam que uma das falhas frequentes das propostas das políticas de inclusão escolar tem sido a tendência de tentar padronizar o processo, como se fosse possível

desenvolver uma perspectiva nacional única, ou prescrever padrões para contextos locais, como os sistemas estaduais ou municipais, desconsiderando os efeitos que suas histórias assumem sobre a prática e a política.

A lei 13.146/15 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, entrou em vigor em 3 de janeiro de 2016, e representou um marco na abordagem social e jurídica tanto do deficiente físico quanto mental. É a lei mais recente que aborda a temática da inclusão, buscando a qualidade no seu acesso. Entre as garantias reconhecidas por esse Estatuto, estão a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida, o direito à habilitação e à reabilitação, saúde, educação e ao trabalho.

Professores, gestores, supervisores, educandos e todos que direta ou indiretamente fazem parte da consolidação da prática da inclusão, estão acertando e errando nessa caminhada tão complexa que é o processo de inclusão escolar. Assim, é no aprendizado dessas práticas que a inclusão deve vir a ser, de fato, efetivada nas escolas e levada para além dela.

CAPITULO III - TRILHA METODOLÓGICA

A pesquisa, que resultou no trabalho ora apresentado, é de natureza qualitativa, sendo assim as informações não foram contabilizadas e sim discutidas e analisadas, a fim de possibilitar o conhecimento sobre o processo de inclusão na instituição escolar selecionada para estudo.

As pessoas vivem, também, em função de suas percepções, crenças, sentimentos e valores, suas visões de mundo têm sempre um sentido, um significado, que não são revelados de imediato, mas precisam ser compreendidos. São essas as questões que interessam à pesquisa qualitativa que Segundo Minayo (1994, pp. 21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Com o interesse de analisar o processo de inclusão adotado por uma instituição escolar, a pesquisa buscou descrever o fenômeno da inclusão a partir das concepções e práticas presentes no cotidiano escolar, configurando-se assim em um Estudo de Caso. Para Triviños (1987), o Estudo de Caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente. O Estudo de Caso é pertinente, quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo e não pode ser estudado fora do contexto onde ocorre naturalmente. Desse modo, a pesquisa configurou-se como um estudo de caso por se debruçar sobre o estudo do processo de inclusão na escola investigada.

O estudo de caso foi desenvolvido numa escola municipal que oferta a educação básica e que lida com o processo de inclusão escolar na comunidade onde está inserida, desenvolvendo práticas e metodologias que buscam facilitar e colaborar com esse processo, envolvendo os seus profissionais e as famílias dos estudantes. Decidida a realizar seu papel incluyente na sociedade, a escola estudada vai se adequando à prática de inclusão, buscando meios para superar as dificuldades e participando com múltiplas ações na consolidação desse processo.

1- Universo pesquisado:

A pesquisa foi desenvolvida numa escola municipal da cidade de Paulista - PE, e atende aos estudantes dos diversos bairros daquele município. Embora a instituição esteja situada na região central da cidade, com fácil acesso à mobilidade, a prefeitura disponibiliza transporte para a condução dos estudantes. A escola tem uma atenção especial aos educandos com deficiência, e

essa atenção tem início com a oferta de vagas e a busca de recursos para melhorar o atendimento a esse público.

No início do ano de 2014 foram inauguradas na escola duas salas direcionadas ao trabalho com a educação inclusiva. Nesse mesmo ano, quarenta educandos com deficiências se encontravam matriculados. No ano de 2016 foram matriculados trinta e seis estudantes com deficiências distribuídos em salas regulares e duas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA especial). A proposta da EJA especial surgiu da necessidade dos estudantes de permanecerem na escola, visto que eles já tinham a idade avançada para serem atendidos nas salas regulares. A faixa etária dos estudantes com deficiência matriculados na escola varia de 8 (oito) a 60 (sessenta) anos.

Os estudantes são distribuídos nos turnos da manhã e da tarde. No horário da manhã duas professoras atendem aos alunos na sala de Atendimento Educacional (AE) e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Na sala de AE os estudantes complementam as atividades desenvolvidas nas salas regulares e, a sala de AEE é exclusiva para os estudantes com deficiência que não frequentam às salas de aula regulares.

Os estudantes com deficiências, mas que apresentam condições de frequentarem às salas “regulares” do 1º ao 5º ano, são atendidos pelas professoras das turmas e realizam atividades com todos os colegas de sala, e dentro das suas possibilidades, a professora interfere, apoiando os estudantes com deficiência. Alguns estudantes das turmas regulares participam ajudando os colegas com deficiência na realização das atividades e, durante os horários de aulas, caso os estudantes necessitem de uma atenção especial as professoras que atuam nas salas de AE e AEE ficam à disposição para atender esses estudantes, utilizando metodologias que lhes possibilitem superar as dificuldades. A estrutura física da instituição facilita o processo de inclusão, diferenciando-a de outras escolas, pois não há escadas, permitindo assim o acesso às salas de aula.

Na sala de AEE, o atendimento é individual, e o estudante é retirado da sala regular para realizar atividades diferenciadas visando o desenvolvimento das suas habilidades. A sala é pequena, com material disponibilizado pelo MEC. Na sala de AE os estudantes passam a maior parte do tempo. Esta sala é ampla, com TV, almofadas e jogos educativos, nesse espaço e encontra material em braille, no entanto, as professoras ainda não estão preparadas para fazer uso desse material. No ano de 2016 duas professoras iniciaram curso de braille para atuarem com os educandos.

Compreende-se que a qualificação dos professores para trabalharem com os alunos deficientes é um fator determinante no processo de inclusão.

2- Meios e instrumentos da pesquisa:

Para apreender as concepções e práticas dos processos de inclusão na escola pesquisada, utilizou-se a observação, a entrevista semiestruturada, o diário de campo e a análise documental.

A observação faz parte do cotidiano do ser humano, pois observamos paisagens, pessoas e ações que nos afetam ou não. A observação do cotidiano da escola pesquisada tornou-se um meio de apreensão da compreensão das práticas pedagógicas e dos discursos dos envolvidos no processo de inclusão escolar. Segundo Lakatos & Marconi (1992, p. 190), a observação é "uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade". Compreendendo que a observação não consiste apenas em ver e ouvir, procurou-se, também, examinar as situações que envolviam as práticas de inclusão da escola estudada. Desse modo, a observação do cotidiano escolar, assim como da prática docente, requereu cuidados, pois as ações de gestores, professores, pais e outros sujeitos da escola falavam, mesmo quando esses sujeitos não queriam dizer algo oralmente, exigindo habilidade e critérios da pesquisadora. Foi preciso ouvir, ver e perceber nas entrelinhas do comportamento dos sujeitos da escola os seus variados discursos.

A apreensão das informações se deu também pela entrevista semiestruturada, que para Trivinos (1987) é um dos principais meios que tem o investigador para realizar a coleta de dados. A aproximação do investigador aos sujeitos da pesquisa deve-se dar de forma gradativa e em várias fases. As entrevistas foram formuladas a partir de um roteiro com questões que nortearam a problemática da inclusão na escola (Apêndice). A entrevista semiestruturada não é fechada podendo ser reformulada a partir das necessidades que surgem no seu desenvolvimento. Sendo assim, a pesquisadora necessitou estudar os entrevistados, assim como o marco teórico específico do tema, a fim de dialogar com segurança e conseguir responder aos objetivos propostos.

As entrevistas foram realizadas na instituição pesquisada em horários predeterminados pelos sujeitos da pesquisa, foi utilizada a gravação de áudio com o consentimento dos sujeitos. Ao lado da observação e da entrevista, foi realizada a análise documental, que de acordo com Gil (2005, pp. 62-63) apresenta algumas vantagens por ser "fonte rica e estável de dados", não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Para desenvolvimento da pesquisa foram analisados os seguintes documentos: o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição pesquisada; a Base Curricular do município de Paulista (BCMP); os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1997) e; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN N. ° 9394/96. Esses são os principais documentos que regem o processo educacional e que fornecem subsídios para compreender como

se dá o processo de inclusão escolar no ambiente destacado para estudo.

Utilizado para registrar o passo a passo do trabalho do pesquisador no campo de pesquisa, o Diário de Campo é um aliado no processo de apreensão de informações. De acordo com Minayo (1993, p. 100), no diário de campo, “constam todas as informações que não sejam o registro das entrevistas formais. Ou seja, observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimoniais, festas, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa”. Com o diário de campo foi possível registrar momentos específicos que colaboraram no desenvolvimento da pesquisa.

3 - Sujeitos da pesquisa:

Segundo Triviños (1987), a escolha dos sujeitos mais capacitados para prestar ajuda à pesquisa não é fácil. Para ser um colaborador na pesquisa necessita-se respeitar alguns pré-requisitos que possibilitarão ao sujeito ter papel importante no desenvolvimento da pesquisa como, por exemplo, estar na instituição por um tempo suficiente para envolver-se com o processo de inclusão e, conhecer o contexto escolar.

No que se refere à sala de aula especial, a participação das professoras foi, indiscutivelmente, importante, assim como os pareceres da professora de uma sala regular, da gestão escolar, dos pais e de sujeitos da Secretaria de Educação municipal.

Os sujeitos da pesquisa têm um papel determinante no desenvolvimento da pesquisa, por essa razão a amostra de sujeitos que participaram das entrevistas e de observações diretas foi composta por:

*Uma gestora da escola;

*Uma Supervisora pedagógica;

*Duas professoras, uma do terceiro ano do ensino fundamental (sala regular), e uma da educação especial.

*Duas mães de educandos, uma com o filho com TDAH e outra com o filho com Síndrome de Down.

*Um representante da secretaria de educação do Município.

4 - Metodologia de análise:

O procedimento de análise das informações apreendidas na observação, na entrevista e nos documentos fez-se por meio da Análise de Discurso (AD).

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado

de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (...). (FOUCAULT, 1997, pp. 135-136).

Os discursos representam bem mais que palavras, quando analisados dentro de um contexto amplo de significados, como o contexto escolar onde se desenvolveu a pesquisa.

Para Orlandi (2005 p. 25), “na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história”. É na Análise de Discurso que se busca entender os símbolos que produzem sentidos, os desafios e limites da interpretação. O analista é responsável por formular questões que permitam a análise aprofundada dos fatos, não se atendo apenas a textos, visto que além da prática da leitura é necessário aliar a análise com a interpretação oculta dos fatos.

A produção do discurso é uma forma diferente de conceber a linguagem em ação, ou melhor, “mediação entre o homem e a realidade” (ORLANDI, 2005, p. 15). No discurso, se encontram a realidade dos sujeitos da escola pesquisada e suas vivências, assim como as suas memórias que, neste trabalho, são tratadas como interdiscurso. Para Orlandi (2005, p. 33), “interdiscurso é todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”. A AD trabalha a ideologia por traz das palavras e ações, é uma análise profunda dos fatos considerando o contexto do discurso analisado.

CAPITULO IV- OS DISCURSOS QUE REVELAM A INCLUSÃO ESCOLAR

A vasta produção literária que se desenvolveu nas últimas décadas acerca da crise de paradigmas em que vive a humanidade, revela o quão importante é a questão pragmática. Ao longo da história o ser humano fez uso da sua inteligência racional para ordenar a vida social, construindo assim uma tradição cultural, que fundamenta os nossos referenciais. Essa construção histórica revela os paradigmas que orientam as ações humanas. Nesse sentido, os paradigmas podem ser compreendidos como:

Um conjunto de regras, normas, crenças, valores, princípios que são partilhados por um grupo em um dado momento histórico e que norteiam o nosso comportamento, até entrarem em crise, porque não nos satisfaz mais, não dão mais conta dos problemas que temos de solucionar (MANTOAN, 2006, p. 14).

O mundo contemporâneo é muito dinâmico, complexo e exigente, gerando mudanças rápidas e profundas e, a escola não pode fugir do dinamismo do mundo, nem ficar alheia às transformações sociais das quais ela é, também, autora. Nesse contexto, encontra-se a questão da inclusão de pessoas com deficiência no cotidiano da escola, exigindo que a instituição escolar rompa com antigos paradigmas e elabore novas concepções sobre educação, explicitando a finalidade do educar. Certamente, essa não é uma tarefa fácil e, no debate sobre inclusão escolar que ganha intensidade a partir dos anos de 1980, a escola tem sido alvo de muitas discussões, visto que o tema ainda é muito polêmico.

Tornar a escola inclusiva implica em reelaborar suas dimensões (físicas, estruturais, administrativas) e as ações dos seus agentes. A dimensão física comporta questões como: engenharia, arquitetura e transporte. No tocante aos sujeitos sociais que integram a instituição escolar, a reelaboração das ações, possivelmente é a questão mais complexa, pois envolve formação, experiências, crenças, valores, comportamentos, entre outros. Importa esclarecer que todas essas questões coexistem cotidianamente no âmbito escolar, tornando esse *locus* ainda mais complexo.

Discutir um projeto de inclusão escolar significa discutir e planejar adequadamente uma escola para todos. Consequentemente, significa exigir o debate em torno de um processo de elaboração, execução, implementação, acompanhamento e a avaliação de políticas públicas dirigidas à inclusão de todos os estudantes e, particularmente dos estudantes com deficiência. Contudo, a centralidade da questão reside em como desencadear esse processo na instituição escolar tornando-a efetivamente responsável e competente na inclusão dos estudantes com deficiência.

A inclusão segundo Gil (2005 p.16) “não é uma moda passageira, ela é resultado de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiência e educadores, no Brasil e no mundo”. A escola tem um papel muito importante nesse processo pois é nela que a criança tem o primeiro contato com a convivência com pessoas diferentes, com deficiência ou não, aprendendo desde cedo a conviver e respeitar a todos, embora saibamos das dificuldades da criança, da família e da escola nesse processo.

Como anteriormente informado, este trabalho resulta de um processo investigativo numa escola pública do município de Paulista - PE, que objetivou analisar a estrutura organizacional e as ações dos profissionais da instituição no que tange ao processo de inclusão de estudantes com deficiência.

Todos os sujeitos entrevistados estavam envolvidos com a instituição pesquisada direta ou indiretamente, e colaboraram com informações significativas para se compreender esse processo tão complexo que é a inclusão. As entrevistas foram gravadas em dias diferentes durante o ano de dois mil e dezesseis.

De acordo com a coordenadora do setor de inclusão da Secretaria de Educação do município estudado, a atual gestão tem preocupação com o atendimento de crianças com deficiência como se pode perceber no seu discurso transcrito a seguir:

São cinquenta e sete escolas, todas no processo de inclusão. Na medida do possível a gente tenta atender a lei, por que a demanda hoje na rede é muito grande. Nós temos em torno de 480 alunos com laudo, fora o quantitativo sem laudo (Coordenadora do setor de inclusão da SEDUC-Paulista).

A Secretaria de Educação apresenta a educação inclusiva no município como algo em construção, buscando atender as normativas e assegurar ao educando com deficiência uma educação de qualidade. Uma das preocupações com esse educando em sala de aula levou a Secretaria de Educação a buscar meios para facilitar o processo de inclusão, como a participação de estagiários: “Temos o estagiário, como política de apoio. É uma política nova, de dois anos” (Coordenadora do setor de inclusão da SEDUC-Paulista). A entrevistada ressalta que os estagiários não estão em todas as salas, mas não deixa de ser uma prática que favorece a inclusão.

Embora, seja compreendida a participação dos estagiários e o apoio que eles dão ao trabalho de sala de aula, essa ação não é suficiente, pois o cotidiano da sala de aula se traduz em desafios diários para atender as demandas da instituição (projetos, datas comemorativas,

atividades cívicas, provas bimestrais, etc.) e do MEC (Prova Brasil⁴, SAEB, ANA⁵).

Todos os setores que acolhem a inclusão têm no seu percurso desafios a enfrentar, a inclusão está acontecendo e a sociedade necessita participar desse processo. Na escola pesquisada a gestora revela sua preocupação com a educação inclusiva:

Tem casos e casos. Os nossos alunos não têm capacidade de irem para uma escola maior por que eles não acompanham. Temos alunos de sessenta anos. Cada aluno especial inserido em sala deveria ter um apoio para trabalhar junto com o professor. Os próprios pais são os mais preconceituosos, escondem os alunos até uma certa idade, tem uma aluna nossa que vivia trancada em casa. (Gestora).

O discurso da gestora explicita as dificuldades que a sociedade em geral, e em particular a família de uma pessoa com deficiência, enfrenta nos dias atuais. Esconder um familiar com deficiência de outras pessoas, no fundo, é uma forma de proteção contra o preconceito e a rejeição. Esse seria o discurso que é sufocado, o discurso "não dito". Para Orlandi:

Os dizeres não são como dissemos. Apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. (2005 p. 30).

Ter a sensibilidade de reconhecer as habilidades dos alunos com deficiência e promover o desenvolvimento de sua aprendizagem é um ponto muito forte no processo de incluir. O ambiente escolar deve ser acolhedor, acessível, de aprendizagem para todos sem discriminações, nele os envolvidos buscam práticas que atendam a todos em suas especificidades. Todos são diferentes e desenvolvem as aprendizagens de formas diferentes, uma atividade realizada em sala de aula terá

⁴ Prova Brasil: “A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. Nos testes aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental, os estudantes respondem a itens (questões) de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>. Acesso em 10/02/2017.

⁵ANA: “Essa avaliação está direcionada para unidades escolares e estudantes matriculados no 3º ano do ensino fundamental, fase final do Ciclo de Alfabetização, e insere-se no contexto de atenção voltada à alfabetização prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). Instituído pela Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, o Pacto constitui um compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até a conclusão do Ciclo de Alfabetização”. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2013/livreto_ANA_online.pdf. Acesso em 10/02/2017.

representações diferentes para cada educando, mas a aprendizagem acontece, em escala menor ou maior. Para Mantoan, inclusão é uma mudança de perspectiva:

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabem, porém, que a maioria dos que fracassaram na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas possivelmente acabarão nele! (2003, p. 24).

É essa mudança que o processo de inclusão busca para oportunizar a todos uma educação de qualidade para o exercício de uma plena cidadania. E, os professores têm essa clareza, mas as precárias condições do seu trabalho geram permanentes preocupações.

[...] ser professor está sendo cada dia mais difícil, são muitas as atribuições que nos são dadas. Incluir é além de colocar o aluno na sala de aula. E todos precisam participar do processo, temos que buscar atividades diferenciadas e comprar material para trabalhar. Tenho dificuldades com os alunos de maneira geral, sem separar com necessidades especiais ou não, pois todos são meus alunos e quero que aprendam os conteúdos. No início resisti um pouco em trabalhar com alunos com necessidades especiais, pois não me sentia preparada, hoje vejo que é uma forma de aprender também, e consigo trabalhar dentro das limitações do aluno e da turma (Professora A da sala regular de ensino).

No discurso da professora A se encontra um desabafo, uma denúncia das precárias condições com as quais esses profissionais trabalham. Infelizmente, a permanência desse tipo de situação traduz a desvalorização de uma classe profissional tão importante e necessária ao nosso país. A importância do professor e de suas práticas pedagógicas na efetivação do processo de inclusão é um fato, e suas limitações e necessidades também.

O trabalho docente não pode ser solitário, faz-se necessário um movimento de todos os segmentos da sociedade em defesa do trabalho docente, da finalidade da escola, da responsabilidade do poder público, a fim de que se possa finalmente, desenvolver uma educação que assegure o exercício da cidadania de todos os brasileiros e de todas as brasileiras. “Somente com o apoio dos professores, o Brasil poderá, de fato, oferecer uma educação de qualidade para todos”(GIL 2005, p. 25).

A sala de aula está em constante movimento, nela o conhecimento não é estático, numa sala de AE, esse movimento pode ser mais lento, mas ele existe, e o professor precisa estar preparado para esse público e suas especificidades.

Não é fácil dar uma aula, realizar um trabalho com os alunos onde eles participam e te deixam feliz, e no outro dia eles voltam sem lembrar de nada, e você fica

triste, mas tem que continuar. O processo é lento e às vezes não vemos crescimento (Professora **B** da sala de AE).

A formação profissional para o atendimento aos estudantes com deficiência precisa ser uma realidade, alguns professores têm muitos anos de docência, mas não tiveram nenhuma oportunidade para cursar disciplinas com a temática da inclusão na sua formação inicial, nem cursos de formação continuada. Para Mantoan, há questões que necessitam de amplas discussões com os docentes:

Na formação em serviço, os professores reagem inicialmente à metodologia que tenho adotado, porque estão habituados a aprender de maneira fragmentada e essencialmente instrucional. Eles esperam uma preparação para ensinar os alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem e problemas de indisciplina, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pedagógico predefinidos às suas salas de aula, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas ditas inclusivas. Grande parte desses profissionais concebe a formação como sendo mais um curso de extensão, de especialização, com uma terminalidade e um certificado que convalida a capacidade de ser um professor inclusivo. (2003, p. 7).

A explicação da autora permite inferir que nos encontros formativos, os professores buscam explicar suas compreensões acerca do processo de inclusão apoiados no que Orlandi (2005, p.31) chamou de interdiscurso, ou seja, “todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido”. O discurso do professor está baseado no sentido que a palavra tem segundo suas vivências em sala de aula, e ele busca dar um sentido às suas ações trazendo no seu discurso uma certa necessidade de justificar sua prática pedagógica.

Os professores, com base na formação em serviço, têm a oportunidade de desenvolver trabalhos significativos com os educandos. A professora **B** da sala de AE, esclarece que fez um curso de especialização em educação inclusiva, mas depois que iniciou seus trabalhos na turma de AE, sentiu a necessidade de fazer outros cursos para se capacitar. A prática da sala de aula inclusiva tem uma dinâmica diferente. É importante, para o processo de inclusão, que o professor esteja aberto a novas práticas que possibilitem ao educando desenvolver-se.

No processo de inclusão todos são importantes, para Gil (2005, p. 69): “Uma atitude positiva dos pais em relação à participação e às potencialidades do filho com deficiência é fundamental para a sua inclusão escolar e social”. De acordo com o relato de uma mãe que tem uma criança diagnosticada com TDAH, e que frequenta uma sala regular, sua preocupação é protegê-la da incompreensão dos outros educandos: “acompanho ele no recreio na escola por que se queixou de um coleguinha machucá-lo”. Essa preocupação não pode ser apenas da mãe do educando, mas de todos que integram a escola. Essa situação sinaliza para a necessidade de se

planejar e desenvolver um trabalho com os profissionais, os educandos e suas famílias sobre o respeito e a solidariedade, para que todos possam se beneficiar do espaço escolar.

Ainda que se preocupe com a integridade do seu filho, o que a faz ficar boa parte do dia na escola, a mãe compreende as limitações da escola e procura colaborar com a inclusão:

Ele pede para vir para a escola, mas ele não fica quieto para realizar tarefas, está sempre se movimentando. Depois que está vindo para escola, ele fala mais e conhece as letras, até lê algumas palavras. Hoje eu olho meu filho e entendo algumas coisas por causa da escola que me ajudou a compreendê-lo (Mãe do estudante com TDAH).

O discurso da mãe, não foge ao zelo, à preocupação e à busca de uma qualidade de vida para seu filho, assim como desejam todas as mães, no entanto, mesmo sem a segurança de deixar o filho na escola a mãe percebe a instituição como um bem maior para seu filho e participa facilitando o processo de inclusão. Para Mantoan (2003, p. 30): “Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências”.

Os alunos com deficiência têm na escola um ambiente de amizade e aprendizagem, seus limites são respeitados e as práticas pedagógicas são organizadas para atendê-los, tanto na sala regular com a professora, quanto nas salas preparadas, nessas últimas, os educandos escolhem em alguns momentos atividades como: filmes, músicas, pinturas e jogos, trabalhando sua autonomia e proporcionando um aprendizado prazeroso dentro das limitações dos educandos, das docentes e da instituição escolar.

A instituição tem na supervisão escolar, o papel de coordenar o trabalho de inclusão. De acordo com a supervisora, “a inclusão é lei, e o atendimento é monitorado pela Secretaria de Educação. O MEC envia o material, que quando chega à escola, eu socializo com os professores”. Essa profissional apoia as professoras e media a relação das docentes com os pais e a comunidade.

Com as professoras troco informações e planejo atividades. Com os pais auxílio no encaminhamento para o acesso a laudos e outros direitos que possam ter. Realizamos palestras para os pais e a comunidade local, que é beneficiada com a escola que busca oferecer um atendimento que atenda às especificidades desses alunos. Busco mediar as relações de inclusão na escola, apresentando a inclusão como uma realidade em construção (Supervisora da escola).

A supervisora tem um papel importante na instituição e com relação à inclusão, fazer a mediação desse processo é um desafio a mais. Professores, estudantes com deficiência ou não, famílias e todo universo da inclusão, necessitam de políticas públicas que atendam as

especificidades dos grupos envolvidos para o bom desenvolvimento da prática de inclusão. Isso permite perceber que todos fazem parte desse processo e que precisam se articular através das experiências, do respeito às leis, promovendo uma efetiva inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, que resultou neste trabalho, revelou a complexidade da temática da inclusão, que uma necessidade e precisa tornar-se uma realidade. No entanto, na escola pesquisada percebe-se a complexidade do processo de inclusão, pois não é suficiente preparar o local para atender as necessidades do educando, como alargar passagens para cadeirantes, ou colocar os estudantes com deficiência em salas “regulares”. A inclusão vai além de tudo isso, a família busca inclusão, a escola busca incluir, os professores buscam fazer o estudante com deficiência desenvolver suas habilidades cognitivas, motoras e de socialização. Porém, variados fatores precisam ser articulados, assim como os sujeitos e as instituições sociais, para que o processo da inclusão seja efetivado.

Os sujeitos da pesquisa forneceram através de seus relatos, dados importantes que permitem inferir que a secretaria de educação, a escola e a família buscam compreender o movimento de inclusão para fazerem parte desse processo de forma que o estudante tenha qualidade no seu acesso e na sua permanência. A secretária de educação sabe das necessidades e trabalha para superar as dificuldades, compreendendo que não atende todas as escolas da rede, mas dentro das suas limitações, busca recursos para fazer o processo de inclusão funcionar no município e, a escola pesquisada tem um diferencial nesse processo, pois mesmo com os entraves, tem suas salas de AE e AEE que diferenciam o atendimento do educando e, ainda quatro professoras com especialização em educação inclusiva se revezam no atendimento dos estudantes nos turnos da manhã e da tarde, trabalhando com projetos, incluindo os estudantes nas diversas atividades da escola como: desfiles cívicos, cantatas natalinas e apresentações culturais para a comunidade.

A escola pode e deve fazer a diferença na vida dos educandos com deficiências, cumprindo o seu papel na sociedade, possibilitando o crescimento intelectual e social desses estudantes, enfrentando os desafios, buscando soluções, fazendo com que esses estudantes façam parte de uma sociedade que necessita valorizar o diferente, portanto a escola é um dos caminhos para a efetivação dos direitos de todos vivenciarem plenamente a sua cidadania.

A escola busca incluir, mas não é fácil atender às demandas da inclusão, os professores se mostram desmotivados em alguns momentos, no entanto sabem do seu papel e buscam realizá-los mesmo com todas as dificuldades. Segundo Mantoan (1997, p. 23): “É preciso preparar a escola para incluir nela o aluno especial e não ao contrário”. A autora expressa o sentimento dos professores que estão superando obstáculos na busca de uma inclusão de qualidade.

O compromisso da gestão escolar com o processo de inclusão é um fator determinante para o bom resultado desse processo. A gestora da instituição pesquisada se mostra “apaixonada” pela inclusão. No período da pesquisa ela sempre esteve presente falando da importância de incluir e em conversas informais, as professoras comentaram que “a turma de educação inclusiva é a menina dos olhos da gestão”. Mesmo com todas as dificuldades, a gestora se dedica ao processo e faz a inclusão acontecer na instituição. As professoras entrevistadas falam da dificuldade de conciliar conteúdos e a atenção dos estudantes na sala regular. Durante a pesquisa foi possível perceber que em alguns momentos, era praticamente impossível o atendimento na sala regular, pois cada aluno com deficiência, ou não, precisa participar do processo de construção de conhecimento. Os estudantes incluídos demoram mais a aceitar as condições de sala de aula, com seus diferenciados momentos, eles realizam a atividade e minutos depois, eles não conseguem repetir os escritos ou falar da atividade da qual participou. É um aprendizado lento e faz com que o professor busque resgatar esse conhecimento promovido na aula repetidas vezes.

O movimento de inclusão é um fato desafiante, e para esse desafio a escola pesquisada vai se adequando a essa realidade buscando corresponder positivamente às demandas impostas nesse processo. Essa escola é tida como referência no município por apresentar uma proposta de inclusão diferenciada de outras da mesma rede, que por razões diversas não conseguem receber os educandos deficientes.

A sala de aula que antes se constituía com alunos tidos “normais”, atualmente se depara com o desafio da inclusão, e diante de todas as dificuldades do professor e da própria instituição que necessita cumprir seu papel, é o olhar do professor que identifica certas especificidades no educando possibilitando a busca por um atendimento médico, que indique sua deficiência. A escola identifica, mas não pode diagnosticar, esses laudos são emitidos por médicos especialistas encaminhados pela secretaria de saúde municipal, mas essa emissão é demorada e as famílias precisam de idas e vindas a postos de saúde, e com esse laudo os professores planejam intervenções para ajudarem esse educando no processo de inclusão.

Um projeto específico para a inclusão na escola, segundo a supervisora, iria melhorar o atendimento desses estudantes na instituição, pois atividades diferenciadas seriam oferecidas, além das salas de atendimento, porém esse projeto ficou apenas no papel e, na prática, a escola recebe os estudantes e faz a inclusão dentro de suas possibilidades.

É neste contexto que analisamos a instituição em sua organização e seus profissionais, atuando no processo de inclusão.

Segundo Gil (2005, p. 16), “a escola inclusiva respeita e valoriza todos os alunos, cada

um com a sua característica individual e é a base da sociedade para todos, que acolhe todos os cidadãos e se modifica, para garantir que os direitos de todos sejam respeitados.”

Para exercer o seu papel social, a escola tem um longo caminho a seguir, pois preparar o educando com deficiência para ser inserido na sociedade, com condições de exercer a sua cidadania, como é garantido pela Constituição Federal do Brasil (1988), não é uma tarefa fácil, são muitos os desafios a serem enfrentados pela instituição escolar. Paradigmas precisam ser substituídos, e quando saímos da nossa zona de conforto individual e passarmos a perceber o coletivo, com salas preparadas ou salas para atendimentos individuais, a escola com erros e acertos, proporá uma inclusão de qualidade.

A escola pesquisada participa ativamente do processo de inclusão. Contudo, não se tem uma receita pronta a seguir, quando se trata de incluir, mas os discursos destacados neste trabalho, representam um processo de construção na ação de incluir.

As questões relacionadas à inclusão necessitam ser ampliadas, estudadas, analisadas e praticadas para assim colaborar com esse processo tão complexo.

O trabalho possibilitou compreender que no caminhar do processo de inclusão estamos nos adequando e aprendendo com nossos erros e acertos, quem atua na escola preparada ou não *“É professor e não foge a sua missão”*.

REFERÊNCIAS

- BLANCO, R. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J.A. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed editora, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. ° 8.069. Congresso Nacional, 13/07/1990.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional– LDBEN**, Lei nº 9394/96. Congresso Nacional, 23/12/1996.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- FERGUSON, Dianne L.; FERGUSON, Philip M. The future of inclusive educational practice: constructive tension and the reform potential for reflective reform. **Childhood Education**, v. 5, p. 302-308, 1998.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FULLER, Bruce; CLARKE, Prema. Raising school effects while ignoring culture? Local conditions and the influence of classroom tools, rules, and pedagogy. **Review of educational research**, Berkeley, v. 64, n. 1, p. 119 1994.
- GIL, Marta. **Educação Inclusiva: O que o professor tem a ver com isso?** São Paulo: Ashoka Brasil, 2005.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. - **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1992.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. **O Desafio do Conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. SP: HUCITEC/ RJ: ABRASCO, 1993.
- MANTOAN, M. ^a Teresa E. **Integração de pessoas deficientes: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Mennon, Senac, 1997.
- _____. **O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino**. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2003 a. **Ministério Público Federal**.

_____. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

_____. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: PRIETO, Rosângela Gavioli (org.). **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em 10/02/2017.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE I:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Sujeito da pesquisa: Gestora da Instituição

1- Nome:

2- Idade:

3- Tempo total de trabalho:

4- Formação profissional:

5- Explique como se dá o processo de inclusão nesta unidade escolar (escola, família e comunidade)?

6- Quais dificuldades foram encontradas durante o processo de inclusão?

7- Comente sobre os projetos diferenciados na escola para atender aos educandos com deficiência?

8- Descreva os critérios para a matrícula de crianças com deficiências nessa escola (laudos médicos e outros).

9- Descreva os procedimentos utilizados pela escola para inserção dessas crianças.

10- Quais profissionais atendem esses educandos na instituição escolar?

APÊNDICE II

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Sujeito da pesquisa: Supervisora da instituição

1-Nome:

2_Idade:

3- Tempo total de trabalho:

4-Formação profissional:

5-Como se dá o processo de interação entre os educandos com deficiência e os educandos das classes “regulares”?

6-Como a supervisão escolar atua nesse processo de inclusão e na implantação de salas de atendimentos especiais?

7-Comente sobre os materiais diferenciados que a escola oferece para atender os educandos com deficiência.

8-Comente sobre como é trabalhado o currículo na educação inclusiva da instituição?

9-Nos três anos em que as salas foram implantadas existem mudanças a serem consideradas nesse processo de inclusão? Quais? Descreva-as.

APÊNDICE III

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Sujeito da pesquisa: Professora da sala de educação inclusiva da instituição

1-Nome:

2-Idade:

3- Tempo total de trabalho:

4-Tempo de trabalho na instituição:

5-Formação profissional:

6-Comente sobre a importância das salas de atendimentos especiais para processo de inclusão.

7-Explique como os educandos são avaliados durante os ciclos e os níveis de aprendizagem.

8-Na instituição há educandos que com suas histórias de superações incentivarem outros a participarem desse processo de inclusão escolar? Comente.

9- Justifique os critérios que o professor utiliza para colocar ou não o educando numa sala de atendimento especial?

10-Como o professor lida com as demandas legais para a educação inclusiva?

APÊNDICE IV

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Sujeito da pesquisa: Mãe de educando com deficiência atendido na instituição

1-Nome:

2-Idade:

3-Profissão:

4-Nome do educando:

5-Idade:

6-Diagnóstico (deficiência):

7-Escolaridade:

8-Tempo na instituição:

9-Explique como o/a seu/sua filho/a chegou à instituição? E como foi recebido pelos profissionais?

10-Descreva a importância dessa escola para o/a seu/sua filho/a?

11-Comente sobre as dificuldades encontradas no processo de inclusão?

APÊNDICE V

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Sujeito da pesquisa: Representante da secretaria de educação do município de Paulista

1-Nome:

2-Formação profissional:

3-Quantas escolas na rede municipal de Paulista trabalham na perspectiva da inclusão?

4-Comente sobre os projetos municipais para atender aos educandos com deficiência?

5-Explique as propostas da secretaria de educação do município para inclusão escolar desses educandos.

6- Descreva o acompanhamento da secretaria de educação às escolas que se ocupam desse processo de inclusão?

7-O município oferece acompanhamento especializado para esses educandos? De que forma?

8-Descreva o processo de seleção de professores para atuarem com esses educandos e qual formação é necessária para essa atuação.

ANEXO I

PORTARIA SEDH Nº 2.344, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2010

DOU 05.11.2010

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, faz publicar a Resolução nº 01, de 15 de outubro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE, que altera dispositivos da Resolução nº 35, de 06 de julho de 2005, que dispõe sobre seu Regimento Interno:

Art. 1º Esta portaria dá publicidade às alterações promovidas pela Resolução nº 01, de 15 de outubro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE em seu Regimento Interno.

Art. 2º Atualiza a nomenclatura do Regimento Interno do CONADE, aprovado pela Resolução nº 35, de 06 de julho de 2005, nas seguintes hipóteses:

I - Onde se lê "Pessoas Portadoras de Deficiência", leia-se "Pessoas com Deficiência";

II - Onde se lê "Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República", leia-se "Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República";

III - Onde se lê "Secretário de Direitos Humanos", leia-se "Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República";

IV - Onde se lê "Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência", leia-se "Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência";

V - Onde se lê "Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência", leia-se "Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência";

Art. 3º Os artigos 1º, 3º, 5º, 9º e 11, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

XI - atuar como instância de apoio, em todo território nacional, nos casos de requerimentos, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da pessoa com deficiência, assegurados na Constituição Federal, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências e demais legislações aplicáveis;

XII - participar do monitoramento e implementação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, para que os direitos e garantias que esta estabelece sejam respeitados, protegidos e promovidos; e

....." (NR).

Art. 3º Os representantes das organizações nacionais, de e para pessoa com deficiência na forma do inciso II, alínea a, do art. 2º, serão escolhidos dentre os que atuam nas seguintes áreas:

.....

II - um na área da deficiência auditiva e/ou surdez;

.....

IV - dois na área da deficiência mental e/ou intelectual;

..... (NR).

Art. 5º As organizações nacionais de e para pessoas com deficiência serão representadas por entidades eleitas em Assembléia Geral convocada para esta finalidade e indicarão os membros

titulares e suplentes.

§ 1º As entidades eleitas e os representantes indicados terão mandato de dois anos, a contar da data de posse, podendo ser reconduzidos.

§ 2º A eleição será convocada pelo CONADE, por meio de edital publicado no Diário Oficial da União, no mínimo 90 (noventa) dias antes do término do mandato.

.....

§ 4º O edital de convocação das entidades privadas sem fins lucrativos e de âmbito nacional exigirá para a habilitação de candidatos e eleitores, que tenham filiadas organizadas em pelo menos cinco estados da federação, distribuídas, no mínimo, por três regiões do País.

.....

§ 6º O processo eleitoral será conduzido por Comissão Eleitoral formada por um representante Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPD, especialmente convidados para esse fim.

..... (NR).

Art. 9º Os Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência serão representados por conselheiros eleitos nas respectivas Assembléias Gerais estaduais ou municipais, convocadas para esta finalidade.

Parágrafo único. O Edital de Convocação para a habilitação dos Conselhos Estaduais e Municipais será publicado em Diário Oficial pelo menos 90 (noventa) dias antes do início dos novos mandatos e definirá as regras da eleição, exigindo que os candidatos comprovem estar em pleno funcionamento, ter composição paritária e caráter deliberativo.

Art. 11.

§ 1º A eleição do Presidente e do Vice-Presidente dar-se-á mediante escolha, dentre seus membros, por voto de maioria simples, para cumprirem mandato de dois anos.

.....

§ 4º Fica assegurada a representação do Governo e da Sociedade Civil na Presidência e na Vice-Presidência do CONADE e a alternância dessas representações em cada mandato, respeitada a paridade.

.....

§ 6º Caso haja vacância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente assumirá e convocará eleição para escolha do novo Presidente, a fim de complementar o respectivo mandato, observado o disposto no §4º deste artigo.

§ 7º No caso de vacância da Vice-Presidência, o Plenário elegerá um de seus membros para exercer o cargo, a fim de concluir o mandato, respeitada a representação alternada de Governo e Sociedade Civil.

..... (NR).

Art. 4º Revogam-se os §§ 1º, 2º e 3º do art. 9º da Resolução nº 35/2005.

Art. 5º As alterações no Regimento Interno do CONADE entram em vigor na data de publicação desta Portaria.